

PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO (T-D-R): UMA ANÁLISE SOBRE EXPATRIAÇÃO DE DOCENTES NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ-PR

Thiago Oliveira da Silva, UEM, thiago.oliveira1@sistemafiep.org.br

Priscilla Borgonhoni Chagas, UEM, priscillabchagas@gmail.com

Fabiane Cortez Verdu, UEM, fabiane.verdu@gmail.com

Johny Henrique Magalhães Casado, UEM, johny.hmc@gmail.com

RESUMO

Na abordagem de territórios nos deparamos com várias perspectivas sobre o termo, inclusive saindo da conjuntura física (material) e indo ao encontro das perspectivas de Rogério Haesbaert que versam sobre simbólico-culturais e de identidade. Além desse contexto, outros temas emergem interligados, como territorialidade, e o movimento (T-D-R), territorialização, desterritorialização e reterritorialização em diferentes vinculações teórico-práticas. Articularam-se teoricamente o T-D-R, e o fenômeno em estudo, no caso a expatriação de docentes. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo, compreender o processo (T-D-R) com os docentes expatriados da Universidade Estadual de Maringá que realizaram o Pós-Doutorado no exterior. Em sua essência metodológica, o presente artigo apresenta pesquisa descritiva com abordagem qualitativa por meio de análise documental e entrevistas. O recorte temporal do artigo pautou-se no ano de 2018, desse modo, foram incluídos na pesquisa 09 (nove) docentes que realizaram pós-doutorado fora do Brasil. Conclui-se com esse estudo que os processos T-D-R podem ser observados também na expatriação de docentes, compreendendo dessa maneira o conceito (T) como a construção de um novo território / identidade; o conceito (D) como a perda do território (saída do país natal) e por último, o conceito (R) como processo de readaptação ao retornar para o Brasil.

Palavras-chaves: Desterritorialização. Reterritorialização. Territorialização

1. INTRODUÇÃO

Os estudos acerca de territórios possuem certa complexidade, não há até então um conceito ou expressão que o defina de forma clara e concisa. O que se sabe é que os estudos sobre território avançaram tanto na corrente materialista (território físico), como em sua vertente não materialista (simbolismo/cultural e identidade).

Destaca-se, a Geografia como área precursora do estudo sobre território, no entanto, outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política, a Antropologia, a Economia, a Sociologia, a Psicologia e a Administração estão ganhando espaço no estudo da segunda vertente. Não apenas o estudo do território em si, ganhou notoriedade, como também alguns conceitos vinculados como territorialidade, e a tríade T-D-R que Raffestin (1986,1988), denominou de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Muitos autores brasileiros abordaram o conceito de território e suas variáveis, destaca-se os nomes de Rogério Haesbaert, Milton Santos e Marcelo Lopes de Souza. Dentro desse contexto, Santos (2002) deu o devido destaque a geografia ao expressar que “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Na ótica de Souza (2009), vislumbrou-se que os estudos de territórios no Brasil iniciaram na década de 90, portanto, pode-se sugerir o motivo de sua complexidade, ou seja, o tema pode ser considerado recente. Por fim, em Haesbaert (2004), pode-se ultrapassar dilemas de conceitos sobre território, espaço e contensão territorial, chegando a temas como territorialidade, processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R).

Após o exposto, na presente pesquisa a definição de território será compreendida nesse na vertente simbólica/cultural. Dentro desse contexto, vários são os estudos em diferentes áreas e objetos/fenômenos distintos, desse modo, acredita-se que o movimento T-D-R dá respaldo a pesquisa, quando entende-se os pressupostos, sendo: territorialização um fenômeno de origem psicológica, implicando na criação de dimensões sociais e políticas. (GUATTARI, 1993; RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2007); desterritorialização como a saída de um indivíduo ou grupo de indivíduos de determinado território, seja de forma física, ou pela perda de referências, significados, identidades, etc. (HAESBAERT, 2007); e reterritorialização como a criação de novos vínculos em substituição aos perdidos (PAGÉS et al., 1993).

Desse modo, a presente pesquisa apresenta maior aderência justamente na perspectiva de território elencada por Rogério Haersbaert, incluindo, o processo T-D-R. De todo modo, era necessário um fenômeno para que fizesse sentido a aplicação do movimento T-D-R. Dessa maneira, pensou-se no movimento em que os docentes da Universidade Estadual de Maringá (UEM) fazem a se dispor a estudar fora do Brasil. Diante disso, escolheu-se como recorte, os professores que foram expatriados, ou de forma mais clara, decidiram realizar seu pós-doutorado no exterior.

Diante disso, a expatriação de docentes surge como fenômeno a ser estudado pelo movimento T-D-R, e que em suas nuances compreende o movimento de construção de território (T), realizado pelo docente ao ser expatriado de seu país de origem. Na sequência, o estudo demonstrou como foi a perda de território (identidade) do docente (D), ao se propor a

estudar em outro país; e por último, a perspectiva (R) que visa a compreensão da readaptação do docente ao retornar ao seu país de origem, ou seja, o Brasil.

Nesse ínterim, independentemente de onde o docente expatriado estiver, de alguma forma estará no ciclo T-D-R, participando de umas das etapas do seu processo construtivo e transformador. Diante do exposto, podemos migrar para parte conceitual (teórica) que dará suporte a pesquisa. Inicia-se com as perspectivas sobre território, territorialidade, o movimento T-D-R e as formas de expatriações. Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos, seguidos da análise e das considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Perspectivas sobre território

Há muito tempo o conceito de território tenta ser definido de uma forma ampla que englobe as várias perspectivas que esse termo projeta. No entanto, o que se observa na literatura é que o conceito em si, geralmente é estudado em suas particularidades ou especificidades. Como premissa inicial, salienta-se a importância de remeter o conceito território para sua área primária, ou seja, a Geografia.

Nesse contexto, de acordo com Raffestin (1993), o conceito de território criado pelos geógrafos culminaram em grandes confusões, ao passo que limitaram o significado do termo em suas pesquisas. Na visão de Santos (2002) o conceito foi de certa forma cerceado no início das pesquisas pela Geografia, entretanto, deve-se destacar o mérito pelo pioneirismo, seja o mesmo limitado ou não, isso é destacado no trecho abaixo:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território.[...] A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

Aumentando o leque de possibilidades de disciplinas (além da Geografia citada por Milton Santos), outras áreas do conhecimento apropriaram-se da discussão sobre a amplitude do termo território, como a Ciência Política, a Antropologia, a Economia, a Sociologia, a Psicologia e a Administração. Ressalta-se que cada dessas áreas trata o termo em questão sobre um viés epistemológico específico (HAESBAERT, 2004).

Nessa seara, algumas contextualizações limitadoras do conceito de território ficaram imbricadas em suas áreas específicas. Observa-se, por exemplo, a caracterização de Ratzel (1990) sobre território, o “limitando” como “uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano”, a qual, prevalecia a apropriação de determinada área física, assim, se tornando o principal elemento a caracterizar o território.

Com o decorrer do tempo, pode-se vislumbrar outras maneiras de caracterização do território, sendo realizada de maneira específica em categorias, como na análise EPCN que engloba as dimensões da economia – política – cultura - natureza (E-P-C-N) propostas por Saquet (2009). Nessa análise é considerado o movimento e a relação recíproca entre as dimensões sociais do território, que são os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais.

Observa-se então, a complexidade da amplitude do termo território, ao passo, que ao mesmo tempo autores como Rogério Haesbaert, Milton Santos e Marcelo Lopes de Souza, buscam o entendimento do termo em diferentes perspectivas, outros como Saquet, observa de forma específica, inclusive criando categorias específicas de análise.

Justamente, em Souza (2009), pode-se compreender que o estudo de territórios no Brasil iniciou na década de 90, sendo que, o conceito nessa mesma década começou ganhar amplitude, no entanto, mesmo assim, ainda há certas fronteiras a serem transpostas, questionamentos a serem dirimidos, e disparidades no entendimento do termo território (SOUZA, 2009).

Há duas formas, ou diga-se, dois tipos ideais para vislumbrar o conceito de território, seja, por uma esfera funcional, ou em um prisma simbólico, que vem ganhando força nos últimos tempos (HAESBAERT, 2004). O autor ainda defende que:

Enquanto "tipos ideais" eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território "funcional" tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território "simbólico" tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça. Num esquema genérico dos extremos deste já aludido continuum entre funcionalidade e simbolismo [...] (HAESBAERT, 2004, p. 23)

Observar-se que a presente pesquisa será norteada não pelo caráter funcional, mas pela ótica do território enquanto objeto simbólico, seguindo a linha de Rogério Haesbaert.

Importante ressaltar ainda que Saquet (2015), apesar de não ser a base da presente pesquisa, pauta de maneira elementar seu entendimento sobre a visão EPCN, relatando transformações na abordagem material e imaterial, histórica e multiescalar. O autor retrata ainda de forma objetiva o desenvolvimento do território, da desterritorialização e reterritorialização, deixando claro que o território passa por descontinuidades, desigualdades, ritmos, temporalidades e territorialidades, portanto, adaptando a visão de Saquet, da mesma forma será tratado os itens T-D-R de Haesbaert, podendo ser que outras categorias dentro desse processo venham a emergir durante o desenvolvimento da pesquisa.

Desse modo, faz-se necessário, estender os estudos, além do conceito de território, iniciando em na questão da territorialidade.

2.2. Territorialidade

O tema territorialidade remete a qualidade que o território adquire com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano, tanto individuais quanto coletivas. Nesse processo, importa-se o entendimento de novos processos são gerados constantes e concomitantes de desterritorialização e reterritorialização (SAQUET; SPOSITO, 2009). Dessa forma, há a geração de novas territorialidades, e, portanto, novos territórios que acabam absorvendo características e peculiaridades dos territórios e das territorialidades anteriores (SAQUET, 2009). Pode-se observar dessa maneira um caráter mutável, transformador, entretanto, sempre há vias que ligam antigos e novos territórios e territorialidades.

O conceito de territorialidade, antes mesmo de ser compreendido de uma forma mutável destacada por Saquet foi amplamente discutido na geografia e disseminado para outras áreas, assim como, aconteceu com territórios. Na ótica de Haesbaert (2007), a

territorialidade é uma forma de conceber a realidade do social, como observa-se no excerto abaixo:

O debate sobre os processos de *des-re-territorialização*, ou seja, sobre a criação e o desaparecimento de territórios, constitui um dos mais relevantes na última década e que promoveu uma espécie de diálogo oculto entre a Geografia e as demais ciências sociais, preocupadas cada vez mais com a dimensão espacial da sociedade. (HAESBAERT, 2007a, p. 43).

Importante frisar o debate entre a área pioneira, no caso a geografia, e as demais áreas do conhecimento. Desse modo, pode-se entender que a antiga conotação de território, enquanto sentido natural, a qual, havia a demarcação de território está superada HAESBAERT, 2007a).

A apropriação da territorialidade por outras áreas se dirige para o simbolismo, ou afetividade, uma vez que Sack (1986) traz a luz que, há mudança em qualquer território, basta que um indivíduo tenha tomado para si, um espaço como, por exemplo, uma rua, uma casa, ou até mesmo, um cômodo de uma casa (inclua-se nesse exemplo, o conhecimento de outras línguas, culturas, valores, etc). O que de fato acontece com um docente que optou em estudar em outro país. Portanto, não há necessidade de se ter um território, para se territorializar-se, sendo, a territorialidade entendida muitas vezes ao caráter de abstração analítica epistemológica (HAESBAERT, 2004).

Segundo Haesbaert (2004) há diferentes formas de se trabalhar território e territorialidade. Nesse ínterim, a perspectiva que norteará esse trabalho será:

Territorialidade como uma das dimensões do território, a dimensão simbólica (ou a "identidade territorial"), conforme utilizado algumas vezes no âmbito da Antropologia. [...]. Assim, distinguimos duas dimensões principais do território, uma mais funcional e outra mais simbólica. [...]. O "território de dominância funcional" e "território de dominância simbólica", identificamos como possibilidade, num extremo (pois o esquema deve ser visto dentro de um *continuum*). (HAESBAERT, 2007a, p. 28).

Nesse contexto de abstração, simbolismo, do sentimento de pertencimento é que Brown (2005) propõe territorialidade como a expressão comportamental de um indivíduo, ora, entende-se nesse preâmbulo seus sentimentos de posse em relação a algo físico ou propriamente social. O autor ainda estende seus ensinamentos, perpassando sobre as definições tradicionais do termo territorialidade, ou seja, muito além de aspectos tangíveis (lugares, espaços físicos, bens materiais), ou aspectos intangíveis (ideias, responsabilidades). A definição proposta por Brown versa também sobre comportamentos, comunicação e restauração de territórios, sempre que existir um sentimento de propriedade (BROWN, 2005).

Em outras palavras, Fischer (2010), pondera que territorialidade seria práticas e intervenções sobre o espaço, podendo ser compreendida também pela interação entre atores sociais por meio de ocupação ou utilização específica do espaço. Pode-se subentender que o apropriar-se dito pelo autor) é no sentido de “tornar seu, se dar a propriedade de alguma coisa, mesmo que ela não nos pertença (FISCHER, 2010).

Desse modo, entende-se, após as contribuições de Brown (2005) e Fischer (2010) que a territorialidade acontece a partir da ocupação do território por um indivíduo, podendo o mesmo, desenvolver comportamentos territoriais para construir, comunicar, manter e restaurar

territórios nas organizações, sejam elas de qual tipo for. Estabeleceu-se assim, um paralelo nas questões de Brow e Fischer com a perspectiva de Sack (1986 p. 3), quando relata que a territorialidade “é uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar.”

Ao se tratar da necessária intervenção da ação humana na formação, manutenção ou reconstrução de um território, o tema identidade dos sujeitos emerge de forma tácita. A identidade pode ser entendida como patrimônio territorial ao ser potencializado em projetos e programas que visem sua preservação e valorização (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

Justifica-se nesse ponto, a importância da territorialidade para os estudos sobre T-D-R, ou seja, entender de que forma os docentes realizam os processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização será fundamental para compreender a formação de cada território num contexto de relações sociais com o ambiente externo à vida em sociedade.

2.3. O processo de territorialização, desterritorialização-reterritorialização (T-D-R)

A discussão sobre o processo T-D-R inicia-se com os filósofos Deleuze e Guatarri (2007, 2008), sobretudo em relação a aceção dos termos desterritorialização e reterritorialização. Deleuze e Guatarri defendiam a tese que tudo que se desterritorializa tende a se reterritorializar. Por sua vez, Raffestin (1986, 1988), posteriormente denominaria esse processo com uma tríade: T-D-R.

O movimento T-D-R, segundo Saquet (2009) emerge por meio das relações sociais, considerando as dimensões econômicas, políticas e culturais. Dentro dessa ótica, Souza (2012), complementa que independente da dimensão “afetada” os territórios podem ser construídos ou desconstruídos em diferentes escalas temporais, sendo em caráter permanente, ou de maneira cíclica.

Corroborando com Deleuze e Guatarri, Haesbaert (2003) afirmou que “a vida é um processo constante de desterritorialização e reterritorialização, portanto, sempre estamos abandonando e fundando novos territórios.

Permanecendo no caráter teórico-histórico do movimento T-D-R, Saquet (2007, p. 111) nos convida a uma reflexão:

Os processos de T-D-R “são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e período históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-temporal”. As “constantes transformações” pelas quais sofre(m) o(s) território(s) permite-nos observar modificações espaços-temporais, permite-nos observar o(s) processo(s) desreterritorializante(s) pelo(s) qual(is) passou(passaram) e/ou passa(m) o(s) território(s).

No entanto, faz-se necessário aprofundarmos um pouco sobre cada conceito do movimento T-D-R. Dessa forma, inicia-se pela ordem lógica, a (T) Territorialização. Sobre o conceito (T), a luz dos ensinamentos de Haesbaert (2007a), entende-se que na territorialização há a transformação ou apropriação do espaço por parte do indivíduo, não sendo obrigatório compreender espaço enquanto natural ou político, mas podendo estar eivado de motivações afetivas e/ou simbólicas.

Em relação a corrente naturalista do conceito de territorialização (T) esta encontra-se em maior número, perfazendo dessa maneira, um espaço reduzido dentro do campo da Geografia para os estudos sobre a “leitura cultural ou simbólica” (HAESBAERT, 2007). No

entanto, Souza (2009) afirma que mesmo em um espaço menor, grandes autores como Deleuze e Guatarri e Michel Foucault contribuíram para ampliação da discussão do conceito de territorialização, além de uma perspectiva naturalista.

Na área das ciências sociais, ou propriamente os estudos organizacionais o tema sobre o espaço simbólico, segundo Alcadipani e Almeida (2001), não aparece de forma constante, no entanto, os autores afirmam que quando citado, o tema do espaço físico, aparece como elemento neutro, portanto, sem a ênfase adequada.

Outra questão bastante discutida em territorialização, é a necessidade/pressão para que a mesma apresente materialidade em sua essência. Todavia, não é bem que Haesbaert (2007a, p. 60), pensa sobre o assunto, o autor adverte que mesmo sem a materialidade dos contatos a territorialização “pode se manter mesmo sem sua base material, como é o caso dos migrantes em diáspora que, em sua mobilidade carregam ‘geografias imaginárias’[...]virtuais fomentadores de novas construções espaciais”.

Nesse mesmo sentido, Fuini (2004, p. 233) se distancia da materialidade e expressa que territorialização é um “movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais”.

Considerando o movimento de construção de Fuini (2004), e a necessidade da intervenção humana para formação, manutenção ou reconstrução de um território citada por Saquet; Briskievicz (2009), reforça-se esses argumentos com base no exposto por Haesbaert (2004), quando o autor versa sobre a territorialização com capacidade para atribuir significados, podendo esses serem incorporados pelas relações de pertencimento (comportamentos, práticas, linguagens, dentre outras) de forma a estabelecer um território.

Pode-se vislumbrar até aqui, que territorialidade e territorialização tem como característica similar, o atributo da mobilidade, ou seja, uma espécie de representação dos locais para os indivíduos.

Seguindo, a linha cíclica do movimento T-D-R, chega-se ao conceito de desterritorialização (D) que Raffestin (1993) nos traz a reflexão como a perda do território, desse modo compreende-se território como um limite, ou propriamente uma fronteira.

Todavia, o conceito (D) não significa apenas a perda do território, há algo mais profundo a ser estudado, como demonstram (Pagés et al., 1993) quando citam o conceito (D) como mecanismos que separam o território (empresas) das suas “raízes” sociais e culturais.

Guatarri (1993), conceitua a desterritorialização como uma espécie de estratégia de determinados grupos dominantes para conter, restringir ou até excluir pessoas, ou seja, retomar territórios, sendo os mesmos físicos ou simbólicos. No entanto, tanto a ótica de Pagés (lugar/organizacional), quanto Guatarri (poder/retomada) sobre desterritorialização não serão aprofundadas nesse artigo. Por sua vez, Saquet (2009, p. 61), negligencia de forma proposital a exposição de territorialização e desterritorialização distante das óticas de lugar e poder, conforme exposto:

Observe-se que, se tratasse do conceito de “lugar”, já não seria mais a dimensão do poder que estaria em primeiro plano ou que seria a mais imediatamente visível, mas sim a das identidades, das intersubjetividades e das trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos de “lugar” enquanto espacialidade vivida e percebida, dotada de significado, marcada por “topofilias” (e “topofobias”).

Portanto, o presente estudo terá como pilar as perspectivas de desterritorialização de Rogério Haesbaert que conceitua vários tipos sendo a escolhida para fins dessa pesquisa a desterritorialização causada pela crescente homogeneização do planeta, que remete aos conceitos simbólico-culturais e de identidade (HAESBAERT, 2007a). É justamente com o suporte dessa perspectiva que o presente estudo sobre a expatriação de docentes não somente visará estudar o movimento T-D-R por parte dos docentes no tocante ao pertencimento a determinado território, mas buscará, além disso, esses diferentes sentimentos que implicam em aspectos simbólicos-culturais e claro de identidade.

Após exposição teórica, e o direcionamento do sentido de desterritorialização que será utilizado no artigo, podemos migrar para o conceito (R) reterritorialização.

Abre-se nesse instante um pequeno parêntese, antes propriamente de conceituar a reterritorialização, desse modo julga-se importante enaltecer Saquet (2003), quando enfatiza que o conceito (D) desterritorialização, jamais é total ou desvinculado dos processos de reterritorialização, dessa maneira, entende-se e dê ênfase que o movimento T-D-R, de fato, é um ciclo permanente de transformações. Corroborando, Nicoli (2014) também defende a tese da simultaneidade da perda do território (D), junto com a reprodução de elementos do território anterior com algumas características permanentes e recriadas (R).

Por fim, Saquet, (2009, p. 216) sintetiza a ligação entre os dois termos (D) e (R):

Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no novo lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente, no lugar. O lugar, por isso, é mais do que afetividade, reconhecimento, simbolismo. É realização do universal, é singularidade, material e imaterial.

Adentrando de fato ao tema reterritorialização (R), o mesmo ocorre quando o ciclo T-D-R encontra-se em mais uma etapa de transformação. Haesbaert (2007b), descreveu essa fase do movimento T-D-R expondo a situação em que um indivíduo ou grupo está adentrando em um novo território, portanto, deixando um território anterior. O autor ainda expõe que situações de integrações de aspectos simbólicos, comportamentais ou pessoais acontecem de forma automática no ato da mudança entre territórios.

Vislumbrando conceituar (R), Saquet (2009, p. 88) apresenta sua contribuição, expondo que “a reterritorialização reproduz traços comuns e heterogeneidades que, ao mesmo tempo, estão na base da apropriação e produção dos novos territórios”.

Observou-se, as diferentes nuances do processo T-D-R, em seus dois primeiros conceitos (T) e (D), tendo os mesmos múltiplas facetas, possuindo um caráter altamente transformativo e repleto de perspectivas e abrangências enquanto seus movimentos.

Para finalizar essas reflexões teóricas, de forma resumida, a seguir, será apresentado um quadro com uma forma mais didática para compreensão dos conteúdos:

Quadro 1: Conceitos de Territorialidade e T-D-R

Territorialidade	A territorialidade afeta de sobremaneira as percepções do indivíduo, criando identificação em determinado território, podendo ser de forma física ou simbólica. A construção efetiva do território insere-se num sentido simbólico e é definida em referência às relações culturais (HAESBAERT, 2004; 2007b).
------------------	---

Territorialização	A territorialização se caracteriza como fenômeno de origem psicológica, implicando na criação de dimensões sociais e políticas. (GUATTARI, 1993; RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2007)
Desterritorialização	A saída de um indivíduo ou grupo de indivíduos de determinado território, seja de forma física, ou pela perda de referências, significados, identidades, etc.
Reterritorialização	A reterritorialização vem a ser a criação de novos vínculos em substituição aos perdidos (Pagés et al., 1993)

Fonte: Haesbaert, 2007b (adaptado pelo autor).

Portanto, em síntese a respeito do processo T-D-R, observa-se a didática exposta por Saquet (2009, p. 214),

“O velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente”.

A descrição de forma sumarizada das concepções de território, territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização (TDR) tem o desígnio de explicitar alguns fundamentos teóricos, os quais, julga-se necessário para a realidade estudada.

A partir desse ponto, aprofunda-se a parte do estudo que dará suporte as reflexões e aceções sobre o fenômeno em estudo, ou seja, a expatriação de docentes.

2.4. Expatriação: obrigação ou uma questão de capacitação voluntária?

O processo de expatriação é o conjunto de etapas que vão desde o recrutamento e seleção de candidatos a cargos no exterior, até a inserção e o acompanhamento do indivíduo no novo ambiente organizacional, passando por questões de negociação de benefícios, trâmites legais, alojamento, preparação cultural e de idioma (JM DEL CORSO, 2004). De forma resumida, expatriados são indivíduos que estão vivendo temporariamente fora de seu país de origem (Doherty, Richardson e Thorn, 2013).

No entanto, dentro desse contexto, ressalta-se que existem os expatriados organizacionais e os voluntários. Os expatriados organizacionais são aqueles que são transferidos da matriz para subsidiária, recebendo apoio e auxílio para realizar determinada missão internacional (Carpes, Sherer, Diniz e Beuron, 2011). Em uma outra vertente, existem os expatriados voluntários, assim também denominados de auto-expatriados. Esse tipo de expatriação é aquela em que a pessoa vai para o exterior por iniciativa própria, sem apoio de uma organização específica (Jokinen, Brewster e Suutari, 2008).

Diante dessas definições percebe-se que o expatriado docente apresenta características tanto da expatriação voluntária quanto da organizacional, ou seja, o mesmo geralmente vai voluntariamente se capacitar no exterior e mantém vínculo empregatício no país de origem.

Figura 1: Características dos tipos de expatriados

	VOLUNTÁRIO	ORGANIZACIONAL	DOCENTE
Iniciativa	Própria	Organizacional	Própria
Objetivos	Individuais	Projetos organizacionais	Individuais com benefícios organizacionais
Financiamento	Privado	Salário e despesas pagas pela organização	Salário pago pela organização e bolsas de estudo pagas pelas instituições de fomento

Foco	Carreira / aventura	Carreira	Carreira
Duração Pretendida	Não permanente	Não permanente	Não permanente

Fonte: Verdu (2018).

Nesse sentido, percebe-se que a expatriação docente exposta na figura 1, não trata de uma questão impositiva da universidade para com o docente. O docente se disponibiliza a estudar por conta própria, tendo assim, objetivos individuais de crescimento.

Diante disso, Pachane (2006) discorre que o incentivo da universidade não vem como primeira opção dos três modos expostos. Em primeiro, o docente possui desejo próprio, ou seja, quando o/a professor/a, faz uma auto-avaliação, e compreende que está despreparado no que tange algumas relações/práticas pedagógicas, e por isso busca a capacitação profissional. Segundo, por “pressões” externas, que visam atender exigências de capacitação docente do quadro da instituição de ensino. E terceiro, pelas necessidades comparadas, que surgem da comparação ou avaliação realizada na formação dos/as professores/as. Seja, por qual modo, após essas análises, o docente se sente preparado para buscar a capacitação, visando se adequar a realidade apresentada (PACHANE, 2006).

Desse modo, apenas para reforça a tese que a expatriação, parte do desejo do próprio docente, dos 09 (nove) professores participantes dessa pesquisa, apenas 02 (dois) tiveram apoio financeiro através de bolsas, o restante realizaram a seus pós-doutorados com seus próprios recursos.

Encerrando, a contextualização sobre o que é de fato um expatriado docente, no próximo tópico serão apresentados o percurso metodológico da pesquisa para a operacionalização desses constructos teóricos.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Para o alcance do objetivo proposto, a presente pesquisa classificou-se como descritiva, com abordagem qualitativa, que traz consigo uma importante vantagem, pois, sendo descritiva sujeita o pesquisador a conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir (CHURCHILL, 1987). Na mesma esfera ao ser classificada como qualitativa oferta, a possibilidade de revelar processos sociais, os quais, ainda não são conhecidos, referente a pequenos grupos, ou uma comunidade específica. Com isso, torna-se possível, o processo de construção de novas abordagens, assim como, a criação de novas categorias e conceitos durante o processo investigativo (BARDIN, 1977).

No primeiro momento, a pesquisa foi pautada pelo uso de dados secundários por meio da pesquisa documental. Buscou-se documentos e relatórios institucionais junto ao setor PPG - Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, que disponibilizou os relatórios preenchidos pelos docentes que retornaram do pós-doutorado. Ressalta-se que tais documentos são obrigatórios, pois comprovam o uso do dinheiro público, investido na capacitação dos professores.

Os dados secundários foram disponibilizados pela PPG, de 3 (três) docentes, dos 09 (nove) possíveis, sendo que os mesmos foram analisados de acordo com Merriam (1998) que expõe que a análise documental permite ao pesquisador ir além do estudo do fenômeno social,

compreendendo as possíveis manifestações e ideias que o mesmo pode ofertar até seu surgimento.

O recorte temporal do artigo pautou-se no ano de 2018, portanto, foram incluídos na pesquisa 09 (nove) docentes que constavam no relatório da PPG que realizaram seus trabalhos de pós-doutorado fora do Brasil. Ressalta-se que foram considerados os docentes que realizaram o pós-doutorado no exterior, incluindo-se nesse recorte os que realizaram na modalidade sanduíche (Brasil/Exterior). Para manter o sigilo quanto à identidade dos participantes, seus nomes foram substituídos por professor 1, 2, 3 e assim por diante.

No segundo momento foram realizados 3 (três) entrevistas com docentes expatriados por meio de trabalho de campo no mês de 2018. O roteiro de entrevista contemplou aspectos quanto ao movimento T-D-R, no que diz respeito principalmente a forma com que o docente se adaptou em um novo país, bem como a perda do seu território. Os aspectos principais abordados na entrevista foram: a construção de um novo território / identidade (T); a perda do território (saída do país natal) (D) e por último o processo de readaptação (R) ao retornar para o Brasil. Justifica-se que do total de 09 (nove), apenas 03 (três) docentes foram entrevistados; 03 (três) docentes foram analisados através de relatórios disponibilizados pela PPG, e outros 03 (três) não responderam as solicitações de contato.

O Quadro 2 a seguir demonstra o quadro de professores, bem como, o destino para qual o mesmo optou em realizar o pós-doutorado:

Quadro 2: Destino dos docentes expatriados.

DOCENTE	DATA DEFESA	UNIVERSIDADE DESTINO	PAÍS
Professor 1	24/01/2018	AAHRUS University	Dinamarca
Professor 2	15/02/2018	Unespar/PR Universidade Lisboa	Portugal
Professor 3	28/02/2018	Universidade de Lisboa/Portugal e UERJ	Portugal
Professor 4	08/02/2018	University of San Francisco	EUA
Professor 5	31/08/2018	UEL/PPGL – Simon Fraser University/Canadá	Canadá
Professor 6	31/08/2018	Universidade de Portsmouth	Inglaterra
Professor 7	01/09/2018	University of Edinburgh	Reino Unido
Professor 8	01/11/2018	Technische Universität München	Alemanha
Professor 9	20/12/2018	Université du Québec à Montréal	Canadá

Fonte: Site da PPG (adaptado pelo autor)

No que diz respeito a análise e interpretação dos dados, o presente artigo pautou-se na análise de conteúdo, que nos ensinamentos de Bardin (1977) pode ter várias técnicas, nas quais, a descrição do conteúdo emitido no processo, seja, por textos, falas, entrevistas, e outras formas de coleta de dados.

A partir do entendimento e esclarecimento do percurso metodológico percorrido neste trabalho de pesquisa, a seguir, destaca-se um espaço do artigo para o entendimento empírico teórico no que diz respeito ao movimento T-D-R, bem como, as perspectivas de territórios por parte dos docentes expatriados.

4. BREVE HISTÓRICO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

A Universidade Estadual de Maringá teve sua data de criação no ano de 1969, através da Lei nº 6.034, de 06/11/1969. Desde sua fundação até o presente momento, a UEM já se tornou fundação em 1970, e por fim, teve seu mérito e autonomia reconhecido no ano de 1976, após a promulgação do Decreto Federal nº 77.583, de 11/05/1976. De acordo com (UEM, 2018), no presente momento, a UEM oferta 61 cursos de graduação presenciais, 8 cursos de graduação a distância, 70 cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (44 em nível de mestrado e 26 de doutorado) e, 56 cursos de pós-graduação lato sensu (especialização). Salienta-se, que 21 destes Programas foram avaliados com conceito 5 (cursos de excelência em nível nacional) e 4 com conceito 6 (cursos de excelência em nível internacional).

4.1 Saindo do país de origem: a desterritorialização (D)

Neste item, realizamos a transposição teórica da territorialização para o caso empírico em estudo. Apresenta-se, portanto, o conceito (D) do movimento T-D-R, em sentido aplicado para compreender como o docente expatriado absorveu o sentimento de “perda” do território.

Embora a expatriação de docentes não seja algo recente, ainda há algumas nuances a serem desmistificadas. O que mais impacta, causa estranheza para o docente expatriado? Como o mesmo se sente em outro país? Qual foi a motivação que o fez estudar em outro país? Como foi sair de seu país (território)? Como foi o processo de apropriação de outro território, houve a criação de uma nova identidade. Nesse contexto, observou-se pontos em comuns e divergentes nas entrevistas com os 03 (três) professores:

- Porque decidiu sair do Brasil para realizar o pós-doc? O que motivou sua ida ao exterior? Você se sentiu fora de seu território?

Os entrevistados responderam:

Entrevistado 1 – *O desejo de sair para realizar o pós-doc se deu em virtude da sede de capacitação, além de conhecer novas culturas e outros vieses para minha linha de estudo. No entanto, deixar seu país natal e ir sozinho para um local em que você é visto como uma pessoa subdesenvolvida não é algo relativamente fácil, exige paciência, reflexão e resiliência.*

Entrevistado 2 – *No Brasil, infelizmente não há campo para progressão e avanço e minha área, por isso tive que ir para Europa. Era particularmente um sonho realizar meu pós-doc em outro país. Esse sonho começou a ser desenhado, após ser contemplado pela CAPES com uma bolsa de estudos e por consequência a liberação do meu departamento. Em relação ao território, sim, é normal leva praticamente 2 (dois) meses para se adaptar a língua, a alguns costumes, transporte, etc.*

Entrevistado 3 – *Mesmo entendendo de fato o conceito de perda de território, o qual você me explicou com um viés simbólico, na minha partida, senti de fato que sempre tinha alguma parte do meu país comigo. De fato, somente realizei meu pós-doc em outro país, porque o Brasil não está avançado em meu campo, e especificamente na minha linha de pesquisa. O processo de saída do Brasil foi marcado pelas necessárias burocracias institucionais de afastamento. O que foi um pouco difícil, pois a saída se deu em razão de eu ter ganhado o Prêmio Capes de tese, em 2014, e com ele, a bolsa integral para o estágio pós-*

doutoral. Entretanto, eu só completei o interstício que autorizou meu afastamento em 2017. Neste período, a CAPES negou o pagamento da bolsa, por já ter "expirado". Tive que reivindicar a bolsa, depois de ter tentado o afastamento em 2016, sem êxito, pela UEM. Fiz um documento justificando o prazo a destempo, e a CAPES acatou. Esta foi a maior dificuldade. Tive uma experiência muito positiva durante o doutorado sanduíche, em 2012, na cidade de Montréal – Canadá.

Nos relatórios coletados na PPG, após análise de conteúdo, pode-se perceber uma linha tênue em relação ao sentimento de perda de identidade, pois praticamente não foi citado nenhuma dificuldade ou receio na partida ao exterior. Observou-se também que a desterritorialização citada pelos docentes nos relatórios em questão se alinha a perspectiva e) demonstrada por Rogério Haesbaert (2007), ou seja, não era vislumbrado pelos docentes uma perda de território no sentido físico, mas sim, uma espécie de perda indenitária era sentida nos conceitos simbólico-culturais e de identidade (HAESBAERT, 2007a).

O Entrevistado 3, demonstrou em tese uma não total ruptura, ou desterritorialização. Justamente nesse sentido ao mencionar “*na minha partida, senti de fato que sempre tinha alguma parte do meu país comigo*”, despertou o que HAESBAERT (2004) denominou de perspectiva filosófica ampla, compreendendo nesse interim que território pode ser definido tanto como “*espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente em casa. Ou seja, vivia-se aquele território, pensando no anterior.*”

A questão da mudança da língua e cultura despertou atenção para o conceito (D), pois mesmo não sendo um ponto de extrema dificuldade, a “*saída*” da zona de conforto com a língua raiz apareceu em alguns pontos:

***Entrevistado 1** – Possuo fluência na língua inglesa, portanto, não foi uma dificuldade o idioma, entretanto, para o país que viajei, uma parte falava a língua inglesa, e em uma região bem próxima, o francês era utilizado, isso confesso, causou-me desconforto, pois mesmo tendo uma noção de ambas as línguas, quando ia de um território para o outro, não me sentia bem*

***Entrevistado 2** – Seis meses não é um período de tempo adequado para uma adaptação plena. Mas como já tinha tido outras experiências de internacionalização, aspectos culturais e normativos não foram tão sacrificantes. Em três meses, creio que já estivesse adaptada. Com a língua, a experiência é diferente. As limitações vão diminuindo, mas não foi tempo suficiente para desaparecerem completamente. A principal dificuldade se deveu à língua e ao modelo disciplinar diferenciado no país de origem.*

***Entrevistado 3** – A língua foi de fato um elemento que de certa forma me cerceou. A limitação que expressei não é no sentido da realização de minha pesquisa, mas acabei não participando muito do social, sair, conhecer lugares, sentia as vezes que os demais colegas me subjugarão por não entender alguns dialetos, expressões locais, etc.*

De toda forma, pode-se vislumbrar que os docentes entrevistados, de certa forma, sentiram a desterritorialização de forma cultural. Importante que na mesma entrevista e nos relatórios da PPG havia uma questão sobre o conhecimento prévio do país de destino. O resultado das questões é que a maioria já havia tido algum contato presencial, ou já tinha

informações estruturadas e concisas a respeito do país. Nota-se dessa maneira, uma preparação prévia para o processo de desterritorialização.

4.2 Fora do Ninho: expectativas sobre um novo território (T)

Neste item procurou-se através das entrevistas e análise de conteúdo, compreender como o docente expatriado construiu seu novo território, ou propriamente criou uma nova identidade.

O pesquisador realizou algumas perguntas aos entrevistados, conforme a seguir exposto:

- Qual o tempo previamente definido para a estadia? Quanto tempo você ficou no exterior?
- O que te motivou a ir para o exterior?
- Como foi o processo de adaptação às regras, normas e padrões, a nova cultura, as pessoas?
- Quais dificuldades sentiu para se adaptar? Elas te trouxeram insatisfação e desmotivação?

Os entrevistados responderam:

***Entrevistado 1** – A carta de concessão da bolsa de estágio pós-doutoral sinalizou a possibilidade de estadia pelo período de 1 ano (12 meses). Entretanto, abdiquei de metade do tempo disponível, afastando-me apenas pelo período de 6 (seis) meses, durante os quais permaneci integralmente no exterior. Optei por ficar fora por um semestre pois achei que seria tempo suficiente para me integrar à equipe de estudos do destino, mas também seria o tempo exato para não me afastar tanto das minhas obrigações com pesquisa, ensino e extensão na UEM. O que certamente me ajudou a superar as dificuldades encontradas no novo território foi a estrutura da universidade de destino (que contava até mesmo com uma auxiliar particular para a língua inglesa), o empenho da supervisora (que me acolheu e acompanhou durante todo o período de estágio), e o objetivo da pesquisa (que me motivou a seguir, obstinadamente, meu foco inicial). A principal dificuldade se deveu à língua e ao modelo disciplinar diferenciado no país de origem. A tradição jurídica no Brasil e nos EUA é diferente. Isto causa um pouco de estranhamento, mas nenhum dos dois fatores trouxe insatisfação, muito pelo contrário, apenas foram motivadores para uma melhor inserção. A oportunidade do pós-doutorado me pareceu excelente para reviver tal experiência: conhecer a dinâmica institucional fora do país, renovar os tópicos de pesquisa, estabelecer vínculos com pesquisadoras/es e grupos internacionais, aprimorar outra língua, frequentar eventos internacionais, dentre outros motivos.*

***Entrevistado 2** – Minha estadia teve tempo previsto e cumprido de 01 (um) ano para realização da pesquisa, não sendo necessário o aditamento de tempo por igual período. Em relação a motivação que me fez ir ao exterior, primeiro a pesquisa científica e o aprofundamento do meu campo de conhecimento. Segundo lugar, uma experiência internacional de forma intensiva e vertical, e por último a renomada instituição que gentilmente me acolheu. Por ter ido duas vezes ao país e especificamente a universidade, a adaptação não foi muito difícil, é claro e óbvio que o modo operandis da pesquisa no Brasil e no país de destino é incrivelmente diferente, portanto, algumas normas e costumes específicos foram difíceis de compreender no primeiro momento. Ao chegar no meu novo território,*

sinceramente me senti em casa, e não digo isso em relação a estrutura, que visivelmente era mais completa a que tinha contato no Brasil, não digo que não houve dificuldades na adaptação no meio científico, mas em relação as pessoas, sim, nesse ponto sentia falta do modo brasileiro aberto de se expressar, de marcar encontros para debates, todavia, isso, em nenhum ponto me desmotivou até porque como frisei, eu já conhecia o país que me dispus a ter como minha morada no tempo da minha pesquisa. Não propriamente senti que me refiz, ou seja, criei uma nova identidade, procurei ser o mesmo pesquisador que era no Brasil, não deixei de fazer e agir como pensava ser o correto.

Entrevistado 3 – *Minha pesquisa teve o tempo de 18 meses. O meu campo de pesquisa ainda está engatinhando no Brasil, por isso decidi aprofundá-la fora do país, além disso, a participação em eventos internacionais certamente trouxe uma bagagem teórica fantástica para o meu trabalho. No que tange a cultura, normas e valores, sim, houve dificuldade, na língua, no modo em que as pessoas observavam pesquisadores estrangeiros, oriundos de países dito subdesenvolvidos, não estou em momento nenhum afirmando que sofri algum tipo de preconceito, mas parecia que tínhamos que provar nosso valor a cada dia. Senti dificuldade e saudade de meu país natal, em alguns pontos, como moradia próxima a universidade, nesse ponto eu até encontrei lugares, mas minha bolsa teve que ir praticamente toda para custear o aluguel. Outro ponto foi o transporte público que em conforto era maravilhoso, mas os horários não eram muito atrativos. Nenhum desses pontos trouxe-me desmotivação, pelo contrário eu estava ali do lado de grandes pesquisadores, não era isso que me traria algum tipo de insatisfação.*

Na pesquisa documental realizada através dos relatórios obtidos, pode-se perceber que os docentes cumpriram o prazo estipulado no termo de afastamento, todavia esse não é ponto que chamou mais atenção. Dê-se o destaque para o ponto em comum e que infelizmente pesa negativamente para nossa pátria brasileira, que é o fato da maioria ter saído de seu ninho (país natal) para buscar capacitação de forma voluntária em outros territórios. Sob esse aspecto corrobora a reflexão de Pachane (2006) colocando o desejo do docente em se capacitar, acima de pressões ou fomentos organizacionais e institucionais.

Já o Entrevistado 2 corroborou para o entendimento de Brown (2005) e Fischer (2010) que versaram que a territorialidade pode desenvolver comportamentos territoriais para construir, comunicar, manter e restaurar territórios nas organizações, sejam elas de qual tipo for. O entrevistado em questão ressaltou que *“não digo que não houve dificuldades na adaptação no meio científico, mas em relação as pessoas, sim, nesse ponto sentia falta do modo brasileiro aberto de se expressar, de marcar encontros para debates, todavia, isso, em nenhum ponto me desmotivou até porque como frisei, eu já conhecia o país que me dispus a ter como minha morada no tempo da minha pesquisa. Não propriamente senti que me refiz, ou seja, criei uma nova identidade, procurei ser o mesmo pesquisador que era no Brasil, não deixei de fazer e agir como pensava ser o correto.*

A visão de Fischer (2010), pondera que territorialidade seria práticas e intervenções sobre o espaço, podendo ser compreendida também pela interação entre atores sociais por meio de ocupação ou utilização específica do espaço. Nesse tocante, o Entrevistado 1 explanou que a ocupação do espaço, o fez superar as dificuldades encontradas de adaptação no novo território: *“ O que certamente me ajudou a superar as dificuldades encontradas no novo território foi a estrutura da universidade de destino (que contava até mesmo com uma*

auxiliar particular para a língua inglesa), o empenho da supervisora (que me acolheu e acompanhou durante todo o período de estágio), e o objetivo da pesquisa (que me motivou a seguir, obstinadamente, meu foco inicial)”.

Por fim, a territorialização citada pelos docentes versa de fato no campo simbólico como como fenômeno de origem psicológica, implicando na criação de dimensões sociais e políticas. (GUATTARI, 1993; RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2007).

Após exposição teórico-empírica da saída do território (D) e a territorialização do docente no país de destino, inicia-se no próximo tópico o último item do movimento T-D-R, ou seja, a reterritorialização.

4.3 O retorno ao país natal: um processo de reterritorialização (R)

Neste item procurou-se investigar como foi o processo de readaptação dos docentes ao retornar do *pós-doc* no exterior.

Aos docentes entrevistados foram realizadas algumas perguntas, como:

- Quais eram seus objetivos? Você os alcançou?
- Quais foram suas dificuldades no retorno ao Brasil?
- Em síntese como você considera o movimento T-D-R, considerando que (T) Construção de território e identidade; (D) Como foi a perda do território anterior e (R), sendo o processo de adaptação.

Entrevistado 1 – O objetivo da pesquisa era fazer um estudo bibliográfico de fontes estadunidenses, no campo dos Feminist Legal Studies, para averiguar como as diversas correntes teóricas exploraram os conceitos de Estado, Justiça e Direito, a fim de percorrer caminho idêntico, aqui no Brasil. Os objetivos foram cumpridos e o relatório, devidamente apresentado. Conforme pontuado em outra questão, o período de seis meses foi ideal para não proporcionar uma ruptura com os vínculos de pesquisa, ensino e extensão no Brasil. Isso facilitou a readaptação. Foi facilitada pelo fato de ter retornado um pouco antes do início do período letivo de 2018, assim tive condições de reassumir tranquilamente as funções burocráticas e reativar as pesquisas aqui.

Em tese não percebi muito essa questão de perda de parte da identidade cultural ou qualquer outra forma do meu país, pois, conforme exposto considero o período de seis meses um período em que não me desvinculei dos meus afazeres aqui no Brasil, portanto, consegui transitar de modo satisfatório nos dois territórios, mesmo que de forma virtual, no caso da minha pesquisa na UEM. Penso que parte da resposta em relação as dificuldades expostas anteriormente caiba nessa questão, ou seja, minhas outras experiências de internacionalização, aspectos culturais e normativos não foram tão sacrificantes. Em três meses, creio que já estivesse adaptada. Com a língua, a experiência é diferente. As limitações vão diminuindo, mas não foi tempo suficiente para desaparecerem completamente.

Entrevistado 2 – Iniciando a resposta as indagações, afirmo que meus objetivos foram alcançados, com a pesquisa realizada no tempo previsto. Sinceramente, em relação a desterritorialização, pelo fato de ficar apenas seis meses, não consigo afirmar de forma assertiva se senti esse processo, confesso que encarei com naturalidade, desde a saída do Brasil até o meu retorno. O que posso afirmar com veemência que ter fé em Deus e envolver-se na igreja local foi um dos pilares que me ajudou a se situar no país em que estava. Nesse

período pude refletir sobre o respeito que temos que ter com outras culturas, por exemplo, no meu país de origem não há um alto índices de fumantes nas ruas, já no país europeu em que fiz minha pesquisa, era natural. O mundo está cada vez mais globalizado, então não existem tantas diferenças entre os povos. Procuramos absorver o melhor da Alemanha e manter o melhor do Brasil. No que tange esse processo T-D-R, senti uma grande diferença como pontuei ao ver questões culturais diferentes na Europa, mas, quando retornei parecia que havia incorporado alguns costumes, como a pontualidade, um exemplo “banal” mas que de fato foi incorporado por mim.

Entrevistado 3 – *Quando eu voltei para cá, para Maringá, é muito estranho, porque quando você volta você tem que retomar sua rotina de novo, você está acostumado com pessoas diferentes, com lugares diferentes, com casas diferentes, com tudo diferente, aí você de repente volta para a sua casa. Tudo bem que você morava antes naquela casa ou você morava em Maringá, que é o meu caso, mas assim, até você começar a caminhar de novo, estabelecer uma rotina de novo e rever os seus amigos e começar a se acostumar. Para mim foi maravilhoso voltar, eu queria voltar, mas quando eu voltei deu uma espécie até assim de vazio, porque eu tinha que preencher de novo a vida que eu tinha, mas que eu tinha perdido durante meses. Então aquela espécie de vazio bom, então agora eu vou começar tudo de novo então, você tem que se adaptar à nova rotina, o novo fuso horário, ao clima, às pessoas que eram amigas, algumas mudaram e você não ia ter mais contato. Então assim, aquele vazio de recomeçar de novo uma vida que você tinha, mas que tinha sido interrompida e que você teria que se adaptar novamente a ela, principalmente porque eu era uma estudante de pós-doutorado né e minha vida tinha muito haver com estudo, estudo e estudo. Então eu acho que teve esse problema de readaptação sim, pelo menos nos dois primeiros meses da uma espécie de isolamento, de desânimo para retomar a rotina sabe.*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações possíveis podem ser referidas a respeito da discussão inicial a respeito da compreensão do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) com os docentes expatriados da Universidade Estadual de Maringá.

Em primeiro lugar, em relação ao conceito (D), considera-se a dinâmica de territórios em constante transformação, essa questão corrobora com a parte empírica, na qual, o tempo por exemplo, (seja três, seis, doze ou dezoito meses) foi objeto que não se firmou como fator determinante para configurar a desterritorialização do docente, ou seja, cada pesquisado absorveu de uma forma diferente o tempo em que ficou em outro país. Uma outra questão corroborada durante a pesquisa é a premissa proposta por Saquet (2009), a qual o velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, ou seja, mesmo distante de seu ninho (país natal), o docente se desterritorializava lentamente, mas ao mesmo tempo incorporava costumes do país em que estava, portanto, os processos de

territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente”.

Em segundo lugar, na acepção e reflexão sobre o conceito (T), verificou-se que os docentes expatriados objetos dessa pesquisa, independente do país destino “sofreram” ou melhor dizendo, sentiram o processo T-D-R de diferentes formas, destaca-se nesse contexto, a língua estrangeira que emergiu nas falas e na análise dos documentos institucionais, sendo para um dos pesquisados praticamente irrelevante, no entanto, para outros docentes, a língua foi elemento limitador que provocou inclusive em um deles, uma certa exclusão social.

Em terceiro lugar, e ainda na vertente (T), o ponto que emergiu foi a cultura diferente. Um dos pesquisados notou o alto número de fumantes na Alemanha e procurou em Deus e na igreja local forças para não sentir tanto a territorialização; Outro docente sentiu dificuldade em territorializar-se nos estudos devido ao modelo jurídico diferente do Brasil; a dificuldade de outro entrevistado foi expressada nos horários do transporte público e no alto preço dos aluguéis de imóveis próximo a universidade. Um quarto se sentiu desterritorializado no sentido da valorização profissional, ou seja, de forma subjetiva sentiu que por ser um pesquisador de um país subdesenvolvido teria que provar seu “valor” todos os dias. Por fim, as questões (T) resumem-se na ótica de Saquet (2007, p. 111) que traz a reflexão que “os processos de T-D-R “são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e período históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-temporal”. Portanto, diante da esfera do simbolismo, cada indivíduo observará ou sentirá a territorialização de maneiras e olhares diferentes. Corroborando com o exposto, Haesbaert (2007) complementa que a territorialização pode se caracterizar como fenômeno de origem psicológica.

Em quarto e último lugar, o conceito (R), o esperado retorno a terra natal. Nessa reflexão a análise documental e as entrevistas desvelaram novamente que o tempo de permanência influenciou no processo não somente da territorialização, mas da reterritorialização, ou seja, na visão de um dos pesquisados não houve ruptura de seu vínculo com país natal. Em outra ótica, outro entrevistado procurou extrair o que de melhor havia na Alemanha, e o que há de bom no Brasil, segundo o mesmo o mundo está globalizado, portanto, não há muitas diferenças entre os povos, sendo assim, não sentiu tanto a readaptação ao retornar para o Brasil. Essa questão corrobora com Saquet (2009, p. 88) que apresenta sua contribuição, expondo que “a reterritorialização reproduz traços comuns e heterogeneidades que, ao mesmo tempo, estão na base da apropriação e produção dos novos territórios”.

Um ponto em comum encontrado, é que todos os docentes pesquisados fizeram o pós-doutorado por iniciativa própria, sendo que, apenas dois desses receberam bolsas, o restante custeou sua capacitação de forma integral. Outro elemento que merece destaque é a preparação para desterritorialização. Nas análises e entrevistas, verificou-se que todos docentes já possuíam experiências prévias de internacionalização, viagens internacionais, congressos, etc. Além disso, a maioria já conhecia a universidade que o acolheu, essa questão certamente ajudou nas esferas do movimento T-D-R.

Por fim, acredita-se que o estudo demonstrou que o movimento T-D-R, de fato, perpassou a natureza material, em que os geógrafos iniciaram e por muito tempo defenderam em seus estudos. Desse modo, a natureza do território enquanto uma forma de estudo simbólica garante um *continuum* entre funcionalidade e simbolismo (HAESBAERT, 2004). O território, portanto, deveria ser compreendido de forma múltipla, assim como o sujeito descrito por Ianni. (1996, p. 169) “... o sujeito do conhecimento não permanece no mesmo lugar, deixando que seu olhar flutue por muitos lugares, próximos e remotos, presentes e pretéritos, reais e imaginários”.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R.; ALMEIDA, A. O. O feitiço incluiu o feiticheiro: uma análise sobre a implementação de um escritório aberto. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 24., 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BUENO, J.; M.; CORSO, J. M. Del – O Processo de Expatriação na Integração de Culturas – O Caso Renault do Brasil. ENANPAD, XXVIII, 2004, Curitiba PR, **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2004, 1 CD-ROM
- CHURCHILL JR.; G.A. **Marketing research: methodological foundations**. Chicago: The Dryden Press, 1987.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Paltôs – capitalismo e esquizofrenia**. v. 2. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2008. Tradução: OLIVEIRA, Ana Lúcia de; LEÃO, Lúcia Cláudia.
- DOHERTY, N.; DICKMANN, M.; MILLS, T. Exploring the motives os company-backed and self-initiated expatriates. **The internacional Journal of Human Resource Management**, v.22, n. 3, 2011, p. 595-611.
- DOHERTY, N.; RICHARDSON, J.; THORN, K. Self-initiated expatriation and self-initiated expatriates. , **Carrer Development Internacional**, v.18, n. 1, 2013, p. 97-112.
- BROWN, G. **Territoriality in organizations: theory and measurement**. 2005. 176 f. Thesis. (Doctor of Philosophy) – Faculty of Graduate Studies, University of British Columbia, Vancouver, 2005
- FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 2010. v. 2.
- FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@Plural**, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n.17, p. 19-46, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-119

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 3. ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1993.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

NICOLI, Sandra. **Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália**. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014

PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE, D. **O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos**. São Paulo: Atlas, 1987.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

RAFFESTIN, C. Ecogénèse territoriale. In: AURIAC, E.; BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard: Diderot, 1986.

REFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S.(Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
SAQUET, M.A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n.31, p.3-16, 2009.

PACHANE, Graziela Giusti. Teoria e prática na formação de professores universitários: elementos para discussão. In: RISTOFF, Dilvo. SEVEGNANI, Palmira (Org.). **Docência na educação superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, M.A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n.31, p.3-16, 2009.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. *Território, Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SOUZA, M.L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Marcos Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

VERDU, F. C. **Estudo dirigido em sala de aula com base em Doherty, Richardson e Thorn (2013), Doherty, Dickmann e Mills (2011), Joniken, Brewster e Suutari (2008), Lazarova, Westman e Shaffer (2010) e Moeller (2009)**. 2º Semestre, 2018.